HETERONORMATIVIDADE E ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS LGTBs

Carlos André Gayer Moreira¹

Resumo: Este artigo intenciona estabelecer diálogos entre sexualidade e estudantes LGTBs para averiguar diferenciações de espacialidades entre tamanhos de cidades e localização de residência. O campo teórico e de análise tem como solo a Geografia Cultural, na vertente pós-estruturalista, em diálogo com metodologias feministas, para compreender os achados do estudo. Foi realizado um questionário virtual com estudantes de universidades, cujas respostas apontam a lgbtphobia como problema social, variável de acordo com cada contexto socioespacial. Com isso, é urgente haver uma Geografia mais humanizada e compreensiva das discriminações cotidianas que governam os sujeitos, a fim de desestabilizar práticas preconceituosas e discriminatórias. Assim, desta maneira, finalmente podemos contar com uma Geografia não somente técnica, mas humanizada, que se preocupe com espaços e sujeitos marginalizados e contribua para uma educação pelas diferenças e também para as diferenças, enaltecendo a função social da escola e da universidade, em prol de uma sociedade que busque a alteridade, a equidade e a pluralidade enquanto princípios de um melhor convívio democrático.

Palavras-chave: *Heteronormatividade; Estudantes LGTBs; Espacialidade; Homofobia.*

HETERONORMATIVITY AND LGBT COLLEGE STUDENTS

Abstract: This article intends to establish dialogues between sexuality and LGBT students to investigate spatial differences between city sizes and residence location. The theoretical field of analysis is Cultural Geography, from the post-structuralist perspective, in dialogue with feminist methodologies, to understand the results of the study. A virtual questionnaire was used with university students, whose answers point to lgbtphobia as a social problem, varying according to each socio-spatial context. In this way, it is urgent to have a more humanized and comprehensive Geography of the daily discriminations

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA - UFRGS); Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (PPGEO - UFPEL). Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7601010000686397>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8290-7826>. E-mail: cazandre@gmail.com

which govern the subjects, in order to destabilize the practices of prejudice and discrimination. Thus, in this way, we can finally count on a Geography that is not only technical, but humanized, that is concerned with marginalized spaces and subjects and contributes to an education through differences and also for differences, praising the social function of schools and universities, in favor of a society that seeks otherness, equity and plurality as principles of a better democratic coexistence.

Keywords: Heteronormativity; LGBT students; Spatiality; Homophobia.

HETERONORMATIVIDAD Y ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS LGTB

Resumen: Este artículo pretende establecer diálogos entre la sexualidad y los estudiantes LGBT para investigar las diferencias en espacialidad entre los tamaños de ciudades y la ubicación de residencia. El campo teórico y analítico se fundamenta en la Geografía Cultural, en una perspectiva postestructuralista, en diálogo con metodologías feministas, para comprender los hallazgos del estudio. Se realizó un cuestionario virtual con estudiantes de universidades, cuyas respuestas apuntan a la lgbtfobia como un problema social, variable según cada contexto socioespacial. Por lo tanto, es urgente contar con una Geografía más humanizada y comprensiva de las discriminaciones cotidianas que rigen a los sujetos, con el fin de desestabilizar prácticas prejuiciosas y discriminatorias. Así, por fin podremos contar con una Geografía no sólo técnica, sino humanizada, que se preocupe por los espacios y sujetos marginados y contribuya a una educación por las diferencias y también para las diferencias, exaltando la función social de las escuelas y universidades. , a favor de una sociedad que busque la otredad, la equidad y la pluralidad como principios de una mejor convivencia democrática.

Palabras clave: Heteronormatividad; estudiantes LGBT; Espacialidad, Homofobia.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Na Geografia, se historicamente prevaleciam características físicas dos ambientes para entender o processo de construção dos territórios e circulação de pessoas, pode-se dizer que, principalmente hoje, diante da rapidez das transformações na sociedade, é igualmente importante conhecer as dimensões socioculturais que impedem ou favorecem a apropriação de determinados grupos nos espaços desejados. A importância do estudo sobre formação de cada

espaço para além dos aspectos físicos é corroborada por Saquet (2009) quando comenta:

Os homens têm centralidade na formação de cada território: cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades etc. Tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos são históricos e relacionais, ao mesmo tempo, materiais e imateriais (Saquet, 2009. p. 81).

Esta valorização do ser humano na formação dos diferentes espaços passou a ser mais evidente principalmente no final do século XX, com a Geografia Crítica e a “nova” Geografia Cultural e Humanista, trazendo novos fôlegos para a Geografia compreender a relação entre espaço e subjetividades, e suas influências mútuas.

Segundo autores como Doreen Massey (2012) e Paul Claval (2011) é a partir desta possibilidade de outra concepção de espaço, abrangendo um caráter mais relacional e multifacetado, que os estudos geográficos têm sido “oxigenados” e revigorados para pesquisar e tratar mais fortemente estes aspectos de identidades e diferenças dos grupos sociais frente aos diferentes contextos socioespaciais.

Daí a importância da categoria de Lugar, por exemplo, para a Geografia, relacionada aqui à ideia de espaço como lócus de pertencimento, afetividade, memória e experiência vivida da prática social e, portanto, a formação cotidiana de cada espaço em específico remete também à formação da identidade dos sujeitos (Tuan, 1980; Cavalcanti, 2006).

Doreen Massey (1988) corrobora com isso quando explicita o papel da cultura e do gênero na interação espacial e produção de diferentes contextos socioespaciais, em suas particularidades, comentando que:

(...) los espacios y los lugares, así como el sentido que tenemos de ellos –junto com otros factores asociados, como nuestros grados de movilidad – se estructuran recurrentemente sobre la base del género. Más aún, se estructuran sobre la base del género em miles de maneras diferentes, que varían de cultura a cultura y a lo largo del tiempo. Y esta estructuración genérica de espacio y lugar simultáneamente refleja las maneras como el género se construye y entiende em nuestras sociedades, y tiene efectos sobre ellas (p. 40).

Então se na Geografia há uma miríade de possibilidades que podem ser analisadas através de seus estudos, é dentro deste espectro de possibilidades que se situa este texto. Com a defesa do entendimento sobre gênero e sexualidade enquanto características da construção de identidades, a centralidade deste artigo é contribuir na compreensão e percepção dos estudantes LGBTs² em suas vivências, relativas a Gênero e Sexualidade, a partir de fatores como o local de origem e residência.

A relação entre configurações de cidades para formação da comunidade LGBT, é algo interessante e que Gayle Rubin, em seus estudos comenta, ao reforçar sobre a importância da industrialização e urbanização para proporcionar condições para a formação política da comunidade LGBT.

A autora traz para o debate a relevância do crescimento das cidades para a produção de um sentimento de pertença de coletividade requerente de direitos, até então dispersa e invisibilizada. Onde, em sua obra *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*, a mesma já sinalizava a relação entre cidade e homossexualidade:

A realocação do homoerotismo dentro dessa quasi-etnia, nucleada, comunidades constituídas sexualmente, é em certa medida consequência da transferência de populações trazida pela industrialização. Como os operários migraram para trabalhar nas cidades, houve uma ótima oportunidade para comunidades voluntárias se formarem. A homossexualidade tendeu homens e mulheres - que estariam vulneráveis e isolados na maioria das vilas pré-industriais - a começaram a se congregarem nas pequenas esquinas das grandes cidades (Rubin, 1984. p. 20).

Neste sentido, acreditando que diferentes espaços ofertam diferentes condições de existência para os sujeitos, e onde, apesar de não ser uma regra, contextos rurais ou de cidades menores podem representar um maior obstáculo

² A sigla mais atualizada é LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e o conjunto de pessoas que não se identificam com o padrão heteronormativo. No entanto, a opção de usar a sigla LGBT se deu por duas razões: pela difusão que a sigla já possui, com o termo já estando mais disseminado na sociedade, mídias e trabalhos acadêmicos; e por ter sido usada esta mesma terminologia no questionário realizado para coleta de dados da pesquisa.

para a vida plena do estudante LGBT, este tipo de discussão é extremamente importante de ser feita, pois

Tendo em vista que em meio ao campesinato as relações sociais são bases para o trabalho e para a perpetuação de tradições, herança é produção. É importante alavancar a discussão referente a lacunas que são demandadas pelos sujeitos inseridos no contexto familiar, onde os estudos a respeito da produção, do capital, já não abarcam de forma satisfatória a plasticidade do campo, e os desejos interpessoais (Barduni Filho, 2010, p.2).

O autor ainda comenta sobre as sexualidades vivenciadas nos espaços rurais e a necessidade de fomentar reflexões sobre tais aspectos nas espacialidades do campo:

(...) nesta interpretação do rural em transformação como um dos argumentos fortes para o surgimento, principalmente no discurso a respeito de novas conjugalidades, e sexualidades vividas no meio rural, isto devido a esta nova configuração do rural, um rural não mais tão distante de centros urbanos, não mais bucólicos de ausência de conflitos, nem estagnados por uma ausência de trocas econômicas, sociais, políticas (Barduni Filho, 2010, p. 5).

Então ao considerar as diferenças de cada contexto socioespacial, com suas respectivas crenças, costumes e tradições, é interessante e proveitoso poder conhecer e analisar como a comunidade LGBT reage a algumas questões relativas às suas sexualidades, frente às diferentes localizações espaciais.

A partir dessas compreensões, ainda é preciso estar atento para as diferenças e semelhanças presentes entre estudantes naturais de cidades médias e grandes, com relação aos oriundos em contextos rurais ou cidades com menos de 100 mil habitantes, insistindo na ideia de que a hostilidade e LGBTfobia variam não apenas subjetivamente, mas também espacialmente.

Existem limitações em utilizar o número de habitantes para definir uma cidade como pequena, média ou grande. Nas palavras de Sposito, o componente demográfico deve ser considerado, mas não exclusivo. Pois, a depender do contexto regional, da relação com outras cidades, da participação e da importância de determinadas cidades nas redes urbanas às quais fazem parte,

o componente demográfico não é aquele que se sobrepõe (SANTOS, 1993; CORREA, 2007; SPOSITO, 2010).

Assim sendo, é preciso frisar que o alcance deste artigo se limita primeiramente em fazer, de forma breve, uma revisão bibliográfica sobre as temáticas de gênero e sexualidade (na próxima seção, “gênero, sexualidade e teoria queer) e depois o reforço de algumas interlocuções com a Geografia (distribuídas pelo texto, e ressaltadas na seção intitulada “**O que a Geografia tem a ver com sexualidade?**”).

Por fim, na sequência é explicada a metodologia (“Modos de fazer e pensar a pesquisa”), e nas últimas seções (“Estudantes Universitários LGBTs e suas espacialidades”; “Apontamentos finais, provisórios e transitórios”) é tratada a análise, sobre a diferenciação em vivências de estudantes LGBTs entre cidades com menos e mais de 100 mil habitantes, e são apresentadas as considerações finais, para que mais discussões possam ser alargadas posteriormente.

GÊNERO, SEXUALIDADE E TEORIA QUEER

Para que possamos adentrar nas discussões analíticas que envolvem questões da temática deste artigo e sobre quais perspectivas teóricas estamos nos valendo, se torna primordial que seja feita uma explanação breve de como estão sendo situados e construídos estes conceitos. Neste sentido, algumas autoras e autores são utilizados para fortalecer o subsídio em tal tarefa.

Primeiramente, é necessário pontuar que e ao utilizar os termos gênero e sexualidade, trago referências pautadas a partir dos Estudos Culturais, Feministas e Queer, vinculados com os movimentos feministas e homossexuais, que eclodiram após as décadas de 1960 e 1970. No caso dos Estudos Culturais, problematizam questões identitárias e de construção dos sujeitos e diferenças, a partir do viés cultural, conforme Costa, Silveira e Sommer (2003) colocam:

Os Estudos Culturais (EC) vão surgir em meio às movimentações de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos,

E para que se possa falar sobre as práticas discriminatórias em relação a grupos e suas especificidades, é necessário o desenvolvimento de conceitos próprios para isso. Então, já na segunda metade do século XX, sinalizando um pensamento de afastamento do sentido biológico, ao tratar de questões relativas à diferenciação construídas entre mulheres e homens, Rosaldo e Lamphere (1974) auxiliavam para o entendimento sobre o conceito de gênero:

As atividades e os sentimentos humanos não são diretamente organizados pela biologia, mas sim, pela interação das tendências biológicas com as várias expectativas culturais específicas, esquemas e símbolos que coordenam nossas ações, permitindo assim nossa sobrevivência. A implicação de tal argumento, para a compreensão dos papéis sexuais humanos, é que diferenças biológicas entre os sexos necessariamente podem não ter implicações sociais e comportamentais. O que é ser homem ou o que é ser mulher dependerá das interpretações biológicas associadas a cada modo cultural de vida (p. 22).

Mais tarde, pode-se dizer que o conceito de gênero se envereda, de fato, cada vez mais para as dimensões culturais e políticas de tais diferenciações, resultante em discursos e práticas de valorização ou discriminação em relação ao que é entendido como masculino ou feminino socialmente, como pode ser observado na ideia exposta por Scott, em 1986, em seu artigo *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*:

(...) o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (...) O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (Scott, 1995. p. 75).

Neste momento, é interessante e salutar colocar aqui o diálogo que Amílcar Torrão Filho (2005) estabelece com esta obra de Scott e diversos aspectos abordados sobre gênero e a (Homo) sexualidade, quando se dedica a

problematizar algumas questões pertinentes ao “cruzamento”, como ele mesmo chama, entre o que é entendido como masculino e feminino.

Realizando uma retrospectiva sobre o conceito de Gênero o autor corrobora com a afirmação de Joan Scott, reforçando o quanto este conceito tem a contribuir não só para escrever a história das mulheres, “mas também a dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais” (Torrão FILHO, 2005.p. 129).

Já ao relacionar homossexualidade e misoginia, o autor ressalta que as visões essencialistas sobre o gênero fazem com que os aspectos femininos presentes em homens sejam interpretados como depreciativos, relatando o quanto homens gays podem ser considerados traidores de seu próprio gênero, como se estivessem se “rebaixando” à condição feminina, submetendo-se à dominação por outro homem e “abnegando” sua própria masculinidade.

Neste sentido, o autor acredita que: “a homofobia é irmã do racismo e da misoginia” (2005. p. 149), e o mesmo destaca a importância de se estudar estes tópicos enquanto fenômenos sociais, variáveis de acordo com os diferentes contextos socio-históricos, ouvindo as vozes das minorias.

Torrão Filho aborda também a questão genética relacionada à homossexualidade, em certa medida afastada, por um receio contra um “determinismo biológico”: “No caso da homossexualidade, o medo - justificado, é verdade - de uma volta à eugenia, afasta as humanidades do debate sobre as relações da homossexualidade com um componente genético” (2005. p. 150).

Com isso, ele alerta a necessidade de pensar a sexualidade de forma ampla, sem necessidade de desprezar os aspectos biológicos, mas também não tornando eles como essências determinantes e justificantes de nossas aspirações morais. Desta forma podemos entender essa em sua complexidade, como no caso da homossexualidade, em seus diversos aspectos, envolvendo afeição, amor, amizade e outros atributos pertinentes à reflexão.

Já retomando a questão de gênero, então numa perspectiva contemporânea, ainda que não se negue os aspectos biológicos, a pensadora

Judith Butler, vem sendo uma proeminente teórica a enfatizar o caráter cultural do gênero e demonstrar a relevância de tais compreensões.

A autora nos traz uma interessante contribuição para pensar o gênero para além das definições homem ou mulher quando nos atenta para a produção sociocultural deste, ao apontar que: “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (Butler, 2003. p. 49).

Desta forma tanto o conceito de gênero quanto o de sexualidade assumem uma perspectiva cultural e política, e no caso da sexualidade diz respeito ao conjunto amplo de expressões, vinculações, práticas afetivas e sexuais (reprodutivas ou não) estabelecidas pelos seres humanos ao longo de suas vidas. Embora seja preferível o termo sexualidade e não “diversidade sexual”, este estudo corrobora com Marco Antonio Torres, quando diz que:

(...) a diversidade sexual precisa ser compreendida como uma noção em expansão, pois as formas de expressão da sexualidade e a variedade das práticas sexuais são construções sociais e históricas. Sendo assim, chamamos a atenção para o fato de que outras sexualidades ainda poderão nos levar a questionar tudo o que até agora pensávamos sobre diversidade sexual (2010. p. 7).

Esta opção de não utilizar mais o termo diversidade exatamente se dá pelo entendimento proposto a partir da Teoria *Queer*, impulsionada por revisões ocorridas principalmente dentro dos movimentos feministas e homossexuais, conforme relata o contemporâneo estudioso brasileiro sobre essa teoria, Richard Miskolci (2012).

No que diz respeito ao uso do termo diversidade e, então, a preferência pela adoção de termos como diferença, este pesquisador pontua: “O termo ‘diversidade’ é ligado à idéia de tolerância ou de convivência (com “cada um no seu quadrado), e o termo ‘diferença’ é mais ligado à idéia do reconhecimento como transformação social, transformação das relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas” (Miskolci, 2012. p. 15).

Seguindo dentro deste mesmo raciocínio, outra importante pesquisadora sobre esta teoria e temática, a nos brindar com a perspectiva da diferença, é Guacira Lopes Louro. A referida autora comenta a importante compreensão da

existência de uma relação inexorável entre a Teoria Queer e esta perspectiva da diferença, ao abordar um pouco o significado do termo *queer*:

... queer significa colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (2001. p. 546).

Dentro desta discussão sobre sexualidade, outro texto interessante, em livro organizado pela autora³, é de Jeffrey Weeks, que nos traz uma questão: “Qual é a relação entre, de um lado, o corpo, com uma coleção de órgãos, sentimentos, necessidades, impulsos, possibilidades biológicas e, de outro, os nossos desejos, comportamentos e identidades sexuais?” (1999. p. 37).

Buscando responder a questão, Weeks argumenta que apesar de ser o corpo biológico um local onde a sexualidade tem a possibilidade de fluir, dando contornos para o que é sexualmente possível, a sexualidade não pode, nem deve, ser encarada como fenômeno meramente corpóreo/corporal. Isto porque, segundo ele, o corpo em si mesmo não possui um sentido intrínseco, a não ser o que o próprio indivíduo e a sociedade estabelecem.

A partir daí, assim como Weeks aponta, é possível e preciso sinalizar a construção histórica da sexualidade, principalmente após a Modernidade, passando de visões mais essencialistas - que acreditavam no sexo como algo dado naturalmente, instintivo, uma necessidade de ser saciada - até perspectivas mais construcionistas, onde a sexualidade é tida como construída social e historicamente, modelada a partir de diferentes contextos socioculturais, ainda que isso possa ocorrer inconscientemente.

Também o autor comenta sobre a exacerbada regulação aos corpos e à sexualidade, crescente na Modernidade, Jeffrey Weeks ainda aborda a consequente classificação e disciplinamento destes mesmos durante a história, num exercício de constante vigília e controle.

³ Traduzido por ela (e revisado por Tomaz Tadeu da Silva).

Ao fazer referência às ideias de Foucault, nos lembra sobre o exercício do poder nos discursos produzidos, principalmente, sobre a sexualidade das mulheres, das crianças e/ou dos pervertidos (como eram chamados os desviantes do padrão instituído).

Marco Antonio Torres (2010) é outro autor que corrobora isso, ainda que parcialmente, quando ressalta:

Do século XV ao XIX, articula-se, tanto na Igreja Católica quanto no mundo por ela influenciado, uma moral que vê o sexo apenas como uma forma de procriação. Nesse período, os pecados sexuais são de dois tipos: consonantes com a natureza (...) e contrários à natureza (masturbação, sodomia, homossexualidade e bestialidade). Os pecados consonantes com a natureza como o estupro, adultério, etc., quando realizados por homens, sempre encontraram certa convivência social, como se eles possuíssem uma menor gravidade. Isso é algo que pode ser sentido em vários discursos machistas na atualidade. Os pecados pertencentes ao segundo grupo, aqueles que seriam contra a natureza, eram entendidos como mais graves, pois feriam o critério de procriação, constituindo, no discurso sedimentado historicamente, um abuso mais radical da sexualidade... (p. 24-25).

Pensando a partir destas contestações e do espectro do olhar sobre a sexualidade em suas dimensões sociais, é preciso se deixar levar à reflexão sobre as intersecções possíveis entre sexualidade, gênero, raça e classe, diante das relações de poder. Relações estas que, ao mesmo tempo, tentam definir identidades sexuais ideais, enquanto outras são colocadas como diferentes da norma e se tornam, portanto, fontes de marginalização.

Em um permanente jogo de negociações entre as relações de poder, estas categorias, em especial gênero e sexualidade, permitem uma gama enorme de combinações e intercâmbios, trazendo à tona uma complexidade social. Complexidade existente nas sociedades, porém, borrada, apagada, cerceada, de acordo com cada contexto sociohistórico.

Cabe a nós, nos posicionarmos teórica e politicamente diante das possibilidades pluralistas para buscar abordar a complexidade que se apresenta, por vezes, em movimentos tidos como avassaladores, quando o rompimento com as normas vigentes é abrupto. É a partir desta perspectiva que a teoria *Queer* tem sua gênese, alavancada pela eclosão dos movimentos que trazem à

tona o caráter cultural e político, e as imbricações sociais do gênero e da sexualidade. Neste sentido, o pesquisador Richard Miskolci (2012) contribui:

O que hoje chamamos de queer, em termos tanto políticos quanto teóricos, surgiu como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e às demandas daqueles que, na década de 1960, eram chamados de novos movimentos sociais. Os três principais “novos” movimentos sociais foram o movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual. Eles são chamados de novos (...) porque teriam surgido depois do conhecido movimento operário ou trabalhador, e porque trouxeram ao espaço público demandas que iam além das de redistribuição econômica (p. 21).

Torna-se perceptível, através deste fragmento, o quanto primeiramente estes movimentos têm nas referências das lutas trabalhistas um aporte para suas próprias pautas, bastante vinculados às perspectivas marxistas na crítica à desigualdade. Porém, diante da evolução da singularidade de suas demandas e pautas, houve uma gradativa transformação e produção teórica própria.

A maior parte destes movimentos até a década 1970 era liberacionista, ou seja, via mulheres e homossexuais como sujeitos oprimidos que deveriam lutar por liberdade e concebiam o poder como repressivo, operando ‘de cima para baixo’, pelas elites dominantes contra o povo. Apesar das demandas inovadoras de reconhecimento das diferenças, operavam com a inspiração teórica marxista que marcara o antigo movimento operário.

De forma muito simplista, era como se a luta dos trabalhadores contra o capital estivesse sendo apenas adaptada a um contexto em que novos sujeitos lutavam contra outras formas de opressão.

No entanto, a partir do final da década de 1980, principalmente com a disseminação do conceito de gênero e a incorporação das ideias de Foucault sobre uma analítica do poder, a nova política de gênero começa a modificar essa forma de conceber a luta política e apontar como é a cultura e suas normas que nos criam como sujeitos (Miskolci, 2012, p. 28).

Os grupos em questão, não de forma unânime, iniciam nos anos 1980 uma série de reflexões sobre as prioridades e demandas teóricas e políticas para combater as opressões e engendramentos culturais aos quais estariam sujeitos.

Com estas contestações, a efervescência nestes movimentos prepara um “terreno fértil” para o desenvolvimento da Teoria *Queer*.

Este período se torna um marco histórico, portanto, onde estes segmentos passam a (se) questionar muito mais sobre as articulações socioculturais dos processos de normatização diante das relações de poder, como a construção da heteronormatividade, por exemplo, para além de focar somente no exercício do poder, até então entendido como repressivo.

Ainda sobre isto, Guacira Lopes Louro (2001), corrobora com Miskolci e também aponta sobre esta virada epistemológica proposta dentro dos movimentos políticos e teóricos, ao comunicar:

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas queer sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos. Trata-se, portanto, de uma mudança no foco e nas estratégias de análise; trata-se de uma outra perspectiva epistemológica que está voltada, como diz Seidman, para a cultura, para as ‘estruturas linguísticas ou discursivas’ e para seus ‘contextos institucionais’ (...) (p. 549).

Obviamente estas perspectivas encontraram resistência dentro dos próprios movimentos e até nos dias de hoje não são adotadas de forma unânime. Os movimentos feministas e LGBTQs são diversificados, não correspondem a uma massa homogênea com ideais e reivindicações idênticos.

Aliás, seria estranho se o fossem, diante das diferentes pautas e demandas que refletem as singularidades dos sujeitos e espaços. No entanto, há consenso de que as normas são produzidas socialmente e que conceitos como gênero e sexualidade, são de suma importância para operar na análise e compreensão dos arranjos culturais aos quais estão submetidos.

Assim, buscando a contestação das normalizações, a Teoria *Queer* abre um precedente e têm se mostrado uma frutífera possibilidade teórico-metodológica para pensarmos as práticas socioculturais, ao empregarmos os

conceitos de gênero e sexualidade como dimensões na construção de espacialidades.

Cabe então, para os estudos geográficos, questionar se o gênero realmente não está relacionado à construção de diferentes espaços. As expectativas em relação a homens e mulheres não possuem imbricações em como os sujeitos vão lidar com o tratamento do ambiente e do território? No campo e na cidade, não há materializações ligadas ao gênero e às sexualidades?

Apesar de estas serem apenas algumas das perguntas passíveis de reflexão, o risco de um determinado campo do saber, como a Geografia, não se debruçar sobre determinados binarismos e dicotomias, é manter-se alheio às diversas manifestações socioespaciais já evidenciadas na Contemporaneidade.

Desta forma se deixa de perceber diversos fatores na dinâmica dos diferentes espaços, os deslocamentos por sexualidade ou gênero, a divisão do trabalho, a influência do setor industrial e relações de consumo, a participação na economia e no mercado, o planejamento e gestão de territórios, etc.

Sem sequer perceber os binarismos de gênero existentes não será possível superá-los, assim como não será possível tratar das desigualdades de gênero apenas contando com uma pretensa abertura, estando apenas sob uma perspectiva binária, essencialista e economicista, sem confrontar a produção de cultura, de subjetividades e a própria construção social do gênero.

Por esta razão é feita aqui a defesa da aproximação destes temas com a Geografia como algo emergente. Por estes motivos se insiste nestas abordagens de outras perspectivas, até então não tão costumeiras aos estudos pertencentes à ciência geográfica, pois é necessário repensarmos nossos espaços e identidades.

Para tanto, é preciso trazer o centro deste debate para dentro da Geografia e, neste sentido, a próxima seção tem por finalidade abordar, de forma breve, esta aproximação e as possibilidades de enriquecimento dos estudos geográficos ao incorporarem tais conceitos em suas investigações.

O QUE A GEOGRAFIA TEM A VER COM A SEXUALIDADE?

Com outras concepções de espaço, como mencionado ao final da última seção, então, capazes de abarcar um caráter mais relacional e interseccional, os estudos geográficos podem ter fôlego revigorado para trabalhar mais fortemente com as identidades e diferenças dos grupos sociais humanos frente aos distintos espaços.

Neste sentido, principalmente após a década de 1970, com a eclosão dos movimentos sociais já mencionados aqui, como os movimentos feministas, negros e também o LGBT, diversas possibilidades de pesquisa têm então sido admitidas, e cada vez mais proveitosas, dentro dos horizontes de pesquisa geográfica.

Ainda com a Geografia Crítica, houve um reforço para um movimento de contestação epistemológica e renovação de sua própria produção do conhecimento, até então concebida como uma construção majoritariamente masculina, branca, heterossexual e positivista. No entanto, somente mais tarde, a Geografia inicia preocupações epistemológicas capazes de incluir em suas reflexões as questões de heteronormatividade (Silva, 2009). Neste contexto se abrem possibilidades de mobilização de outros discursos e problematizações, como as propostas pela Geografia das Sexualidades. “No caminho crítico aberto pela luta das mulheres por sua visibilidade na geografia, desenvolveram-se os estudos 'queer' ou geografia das sexualidades” (Silva; Nabozny; Ornat, 2010).

Dentre as referências sobre esta abertura, no texto *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*, Judith Butler (1993) também sinalizava sobre a marginalização dos corpos e da sexualidade que não se enquadram nas referidas regulações de Gênero e mantenedora destas normatizações.

O não cumprimento desta linearidade, esperada e imposta em sociedade pode resultar em um processo de desumanização dos diferentes, nos convidando a pensar de forma mais densa, então, sobre quais corpos “pesam” e quais discursos importam.

É, portanto, neste contexto profícuo de anseios sociais e epistemológicos que surge as Geografias Feministas, de Gênero e das Sexualidades, por meio do horizonte vislumbrado a partir da luta dos movimentos feministas e LGBT que reivindicam sua visibilidade também dentro do saber geográfico.

As ausências da produção do saber e do poder tornaram-se focos de interesse e concebidas como contraditórias e complementares às presenças e expressões geográficas. A percepção da falta de grupos sociais ou temas que estão fora do discurso hegemônico da Geografia, não mais se justificava por sua a - espacialidade ou sua inadequação como objetos deste campo científico, mas pela hegemonia de determinada forma de conceber a produção do espaço,

Sendo temáticas consideradas transversais, que perpassam diversas ciências e áreas do conhecimento, o gênero e as sexualidades são tópicos que dão à pesquisa uma oportunidade ímpar de experimentação da interdisciplinaridade, podendo reunir saberes de diferentes campos para a construção de um trabalho, como a psicologia, antropologia, história, sociologia, geografia, direito, filosofia, educação e etc.

Contudo, mesmo com esta possibilidade de contribuições, por se tratar de temáticas relativamente incipientes dentro do campo geográfico, ainda há, de fato, um acesso bem limitado às literaturas, especialmente no Brasil, no que se refere à Geografia das Sexualidades.

Constatado isto, é indiscutível que a repercussão implica em uma maior dificuldade para a pesquisa, no tocante às revisões bibliográficas e também das discussões pautadas no aspecto mais teórico de construção de dada investigação, como bem sempre colocou Joseli Maria Silva (2009) da dificuldade de inserção desses temas.

Ainda assim, se bem exploradas, essas questões podem conferir à Geografia uma possibilidade analítica rica, podendo relacionar estes temas com praticamente todas as frentes de trabalho do campo da Geografia Humana. Onde podem ser pensados entrelaçamentos na área econômica, de ensino, população, das formações dos territórios, lugares, regiões, do campo, da cidade, enfim, nas relações que os diferentes grupos sociais produzem entre si e com o meio.

Sabendo disso, pode-se dizer que a parte de “campo” de uma investigação, relativa a estas temáticas, se torna ainda mais crucial para uma melhor compreensão da realidade a ser pesquisada. É preciso trazer para a dimensão real, e sua possível transformação, as ideias e discussões acerca do tema, ao mesmo tempo contribuindo para seu próprio crescimento e fortalecimento teórico.

Em suma, as fundamentações e reflexões defendidas aqui têm se mostrado uma grande oportunidade de a Geografia ampliar seu escopo. E, embora ainda não gozem de grande prestígio dentro do campo geográfico, Gênero e Sexualidade já apresentam importantes contribuições teórico-metodológicas, complementares ou fundamentais para o entendimento complexo da formação dos territórios, lugares e dinâmica das sociedades em seus respectivos espaços de atuação.

MODOS DE PENSAR E FAZER A PESQUISA

A diversidade de reações de estudantes em questões relativas à homossexualidade em escolas e universidade na cidade de Pelotas/ RS, trazidas em pesquisa realizada por Moreira (2016), instigou o interesse em se pesquisar algumas questões também em outros municípios, através de uma ferramenta que permitisse praticidade, alcance à distância e anonimato aos participantes.

Prestar atenção nas vozes de grupos historicamente oprimidos pelo modelo patriarcal, sexista e heteronormativo é algo urgente, e por isso essa pesquisa é inspirada em um viés metodológico feminista. Ornat (2008) corrobora e aponta que “a metodologia feminista direciona atenção à diversidade, à reflexão crítica dos sujeitos investigados, e à própria responsabilidade com estas vozes e vidas...” (p.317). Assim, não vem somente quantificar, mas traçar relações entre heteronormatividade e espacialidades, deflagrando a hostilidade como produto de preconceitos relativos ao gênero e à sexualidade, ainda arraigados na sociedade, seja no meio rural ou urbano.

Nesse estudo, o uso do questionário *online* e anônimo, com respostas que pudessem ser marcadas em um clique, foi direcionado a estudantes LGBTs do ensino superior, por se tratar de um público que migra de residência por motivos acadêmicos, bem como, em função de sua sexualidade e/ou gênero, se aproximando também da metodologia “bola de neve”, no que se refere à busca dos participantes.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa... Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. (Vinuto, 2014. P. 203)

É característico de metodologias feministas, “queer” e pós-críticas essa combinação de diferentes abordagens e procedimentos para atender às finalidades de compreender especificidades relativas às questões de gênero, sexualidade e discriminações (Corazza, 2002; Neira e Lippi, 2012; Narvaz e Koller, 2006; Paraíso, 2012). Deste modo, essa aproximação de um formato da abordagem em “bola de

neve”, na composição dos participantes da pesquisa é crucial para a construção da rede de participantes LGBTs.

Como a busca da metodologia da pesquisa necessitava considerar o contexto pandêmico relativo à COVID-19, esse questionário foi aberto inicialmente para rede de colaboração do próprio autor, considerando estudantes universitários da comunidade LGBT, convidados a participar da pesquisa por meio das mídias sociais/digitais, onde tal possibilidade se mostrou salutar por responder à demanda do estudo.

A captação de informações pautou-se principalmente na utilização do formulário do *Google Drive*, por oferecer uma funcionalidade que permite ao pesquisador construir questionários anônimos, fechados, com respostas de múltipla escolha, e possibilita análises das respostas obtidas com geração estatística automática. Tudo isso acaba por refletir em uma melhor experiência tanto para o investigador quanto para o respondente envolvidos.

A partir desta ferramenta e da rede LGBT, além dos compartilhamentos entre os contatos dos próprios contatos da rede de colaboração, se tornou possível interpretar mais do que opiniões e percepções dos estudantes LGBTs, mas uma relação entre o espaço vivido e a heteronormatividade, conforme Miskolci (2012), onde os estudantes universitários (de diversos cursos e instituições) poderiam assinalar suas cidades de origem e de moradia atual, situações de risco ou desconforto.

Este instrumento esteve aberto para respostas dos dias 2 a 10 de junho de 2020, contribuindo para a tese de doutorado do autor (2021). No entanto, tal parte ainda não havia sido submetida à publicação, tendo alcançado 160 respondentes, de diversas Instituições de Ensino Superior do Brasil. Destes, 103 cresceram em cidades com mais de 100 mil habitantes e 57 são oriundos de cidades menores ou espaços rurais.

Neste formulário foram construídas oito perguntas a serem respondidas, sendo a primeira relativa à autodeclaração dos sujeitos (identidade de gênero e sexualidade), a segunda referente a seu município de origem e a terceira relativa à sua universidade e moradia atual, sendo as outras cinco tratadas aqui neste texto no próximo tópico.

É importante frisar que os dados a serem dispostos aqui não têm a pretensão de representar universalidade de cidades pequenas ou médias e grandes, pois a LGBTfobia, presente em diferentes contextos, depende de uma série de fatores atrelados ao espaço, e podem ter grande variação. No entanto, é interessante e importante ressaltar que estes mesmos dados servem ao menos para sugerir essa ideia de variação de hostilidade (homofobia/LGBTfobia) em perspectiva espacial.

Apesar de utilizar uma abordagem mais quantitativa para a captação e socialização dos dados obtidos, este trabalho retoma também uma atenção na interpretação e nas discussões possíveis a partir dos mesmos, por um viés feminista, tendo em vista que:

(...) metodologias feministas referem-se menos à adoção de técnicas específicas de coleta de dados que à inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento. (...) são igualmente válidas quaisquer abordagens de pesquisa, qualitativas ou quantitativas, desde que construídas e analisadas sob uma perspectiva não sexista (Narvaz e Koller, 2006, p.651).

Sendo assim, esta abordagem foi considerada como a que teria maior eficácia para apreensão dos dados, pensando no caráter tido como polêmico da temática, anonimato dos participantes, quantidade de dados e intenções da pesquisa. Pensando desta forma, para facilitar a socialização dos dados, as questões estarão respondidas em forma de ilustrações estatísticas, apontando já os percentuais expostos, seguidos de breves comentários acerca de cada questão.

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS LGTBs E SUAS ESPACIALIDADES

Depois de os participantes confirmarem fazer parte da comunidade LGBT e responderem sobre seus locais de origem, algumas questões foram colocadas para atender o objetivo de compreender algumas diferenciações de espacialidades dos estudantes, entre tamanhos de cidades, local de origem e residência, bem como, para averiguar percepções sobre homofobia e desconforto em ambientes que pudessem ser interpretados como simbólicos de maior presença de heteronormatividade.

Neste sentido, para iniciar, primeiramente foi perguntado aos estudantes se eles consideravam que zonas rurais ou cidades muito pequenas seriam mais difíceis, de forma geral, para LGTBs viverem. Nesta questão, quase a totalidade dos respondentes considera que sim, com bem pouca variação para os que são naturais de cidades com menos de 100 mil habitantes e discordam dessa afirmativa (Figura 1).

Obviamente fatores como renda, idade e raça dos estudantes universitários, teriam sido interessantes de serem correlacionados e não foram incluídos na pesquisa. No entanto, é interessante perceber que, independentemente do local de origem a percepção em relação à vivência LGBT não foi tão destoante e que quase todos os oriundos de cidades pequenas também acreditam que seja mais difícil de viver nelas.

Quadro 1 - Percepção sobre a vivência LGBT de residentes em cidades pequenas

Questão	Cidades com mais de 100 mil hab.		Cidades com menos de 100 mil hab.	
	Sim	Não	Sim	Não
Você considera que viver em zonas rurais ou cidades muito pequenas é mais difícil sendo LGBT?	99%	1%	94,7%	5,3%

Fonte: Autor, 2020. (Revisão: 2024).

Ainda que acreditemos na potência do rural e saibamos que existem outras variáveis ajudando a moldar cada contexto, esta percepção é algo recorrente em relatos que compartilhamos dentro da comunidade LGBT, a partir das experiências vividas. Algo que vai se confirmando ao longo das próximas questões realizadas.

Outro questionamento importante feito aos participantes foi confirmar se eles consideravam que cidades com tamanhos maiores ofereceriam uma melhor vivência e liberdade para LGBTs, e novamente o percentual foi muito próximo, com a grande maioria respondendo que sim (Figura 2).

Quadro 2 - Percepção sobre a vivência LGBT de residentes em cidades grandes

Questão	Cidades com mais de 100 mil hab.		Cidades com menos de 100 mil hab.	
	Sim	Não	Sim	Não
Você acredita que cidades maiores oferecem uma melhor vivência e liberdade para LGBTs?	90,5%	9,5%	89,5%	10,5%

Fonte: Autor, 2020. (Revisão: 2024).

Isto acontece porque cidades maiores proporcionam serviços mais inclusivos e especializados, do ponto de vista da diversidade sociocultural, onde determinadas cidades são intituladas como “gay friendly”, termo em inglês para definir cidades com melhor qualidade de vida para a população LGBT.

Estas cidades, além de explorarem bastante o turismo LGBT e também apresentarem serviços e atrações especializadas, muitas vezes possuem uma significativa população LGBT residente, onde se torna possível a formação, inclusive, de comunidades residenciais e bairros inteiros considerados como “bairros gays” ou LGBTs, como é o caso do bairro Chueca em Madri, na Espanha.

Este fenômeno, de cidades maiores serem um fator de atração para a comunidade LGBT, para além da migração em função do trabalho ou estudo, não é algo tão recente. Ao contrário, é datado principalmente a partir do século XIX, em regiões da Europa e América do Norte, expandindo-se ao longo do século XX, onde o desenvolvimento da urbanização possui um entrelaçamento no tocante a esta questão, como bem ressalta Gayle Rubin:

A maioria das grandes cidades do século XIX na Europa ocidental e América do Norte tinham áreas onde homens poderiam “caçar” outros homens. Comunidades lésbicas parecem ter se unido mais lentamente e em menor escala. Contudo, por volta dos anos 1980, havia uma série de cafés em Paris perto da Place Pigalle que atendia uma clientela lésbica, e é provável que haja lugares similares em outras grandes cidades da Europa ocidental. Áreas como essa ganham uma má reputação, o que alertava indivíduos interessados em sua existência e locação. Nos Estados Unidos dos anos 1950, territórios lésbicos e gays eram bem estabelecidos em Nova Iorque, Chicago, São Francisco e Los Angeles. Migrações motivadas sexualmente para lugares como o Greenwich Village se tornou um fenômeno sociológico bastante grande. No final dos anos 1970 as migrações sexuais estavam ocorrendo em uma escala tão significativa que começou a ter um impacto reconhecível na política urbana dos Estados Unidos, tendo São Francisco como seu mais nobre e notável exemplo (Rubin, 1984, p. 20-21).

Essa atração embora esteja presente para quase todos os estudantes LGBTs, já que a grande maioria aponta que sua sexualidade ou gênero tenha alguma relevância na tomada de decisão de mudança de residência, no caso dos LGBTs nascidos em cidades com menos de 100 mil habitantes se confirma que sua sexualidade ou gênero tem uma importância ainda maior para que haja uma migração para cidades maiores (Figura 3).

Quadro 3 - Grau de importância da sexualidade ou gênero como fator de migração

Questão	Cidades com mais de 100 mil hab.					Cidades com menos de 100 mil hab.				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Em uma escala de 1 até 5, selecione a importância de sua sexualidade ou gênero para sua mudança de residência	12,1 %	25,3 %	17,3 %	34,5 %	10,8 %	10,5 %	3,5 %	31,5 %	40,4 %	14,1 %

Fonte: Autor, 2020. (Revisão: 2024).

Isso porque, para jovens LGBTs, este deslocamento pode representar a sua “saída do armário” para experienciar suas vidas em maior plenitude, onde “a fuga, ou saída do meio rural para as sexualidades que não se enquadram no padrão heteronormatizador não é algo raro, mesmo com um rural em transformação, onde cada vez mais se evidencia o encurtamento de relações entre urbano e rural” (Barduni Filho, 2010, p.18).

Também ao serem questionados sobre quando retornam ao seu local de origem, mais uma vez recai sobre aqueles oriundos de cidades com menos de 100 mil habitantes um maior “peso” sobre sua sexualidade ou gênero.

Na questão de expressar estes aspectos publicamente (Figura 4), ainda que com algum desconforto, a maioria expressa de forma pública sua sexualidade e gênero em seu local de origem. No entanto, 26,4% dos entrevistados advindos de cidades menores não expressam por medo das reações alheias, enquanto que esta porcentagem no caso dos advindos de cidades com mais de 100 mil habitantes fica em torno de apenas 11%.

Quadro 4 - Desconforto em expressar sua sexualidade ou gênero em seu local de origem

Questão	Cidades com mais de 100 mil hab.		Cidades com menos de 100 mil hab.	
	1	2	1	2
Indique seu desconforto em expressar sua sexualidade ou gênero publicamente em seu local de origem:				
1 - Mesmo me sentindo desconfortável, expresso	78%	22%	50,8%	49,2%
2 - Me sinto desconfortável e por isso não expresso				

Fonte: Autor, 2020. (Revisão: 2024).

Por fim, como última questão, foi perguntado aos participantes sobre já terem sofrido algum episódio de LGBTfobia, a hostilidade e discriminação direcionada à comunidade LGBT, que muitas vezes resulta em crimes de ódio, agressões verbais, psicológicas e físicas, ou até mesmo assassinatos por questões envolvendo o gênero ou a sexualidade da vítima.

Apesar de a maioria dos entrevistados, em geral, já ter sofrido LGBTfobia, em seu local de origem (Figura 5), este percentual, mais uma vez, se mostra um pouco mais elevado no caso dos estudantes naturais de cidades com menos de 100 mil habitantes, chegando a quase 80% destes pesquisados.

Quadro 5 - Percentual de LGBTfobia sofrida no local de origem

Questão	Cidades com mais de 100 mil hab.		Cidades com menos de 100 mil hab.	
	Sim	Não	SIM	NÃO
Você já sofreu LGBTfobia em seu local de origem?	67,3%	32,7%	78,9%	21,1%

Fonte: Autor, 2020. (Revisão: 2024).

Este fato é preocupante, pois revela que a maioria dos estudantes passou por alguma situação de humilhação ou agressão em função de particularidades em suas identidades enquanto sujeitos, com ênfase sobre aqueles que advêm de cidades pequenas. Ao mesmo tempo também nos traz uma melhor compreensão sobre as razões pelas quais há maior desconforto e motivação dos estudantes para migrarem para cidades maiores, denotando uma diferenciação nas espacialidades traçadas e vividas em função de suas sexualidades e gênero.

A partir desta analítica, e dos cinco quadros aqui apresentados, é ilustrada, ainda que de maneira sucinta, a situação de muitos estudantes LGBTs, e deve ser observada não como uma constatação universal, mas como uma referência, para que se possa pensar em políticas públicas e em como a Geografia pode contribuir para a mudança destas realidades.

Não é plausível que situações como estas sejam investigadas, constatadas, analisadas, e não haja nenhum tipo de reverberação, quer seja teórica, do ponto de vista epistemológico e de temáticas de pesquisa prestigiadas, ou ainda sob uma perspectiva pedagógica, de caráter mais propositivo e intervencionista.

Ao final, é preciso assumir, então, que estes são fenômenos de significativa relevância, que expressam uma realidade social que tem forte impacto na vida individual e coletiva, fazendo parte, portanto, de uma

temática urgente de investigação a ser considerada, principalmente pelas ciências humanas e pela área da Educação.

APONTAMENTOS FINAIS, PROVISÓRIOS E TRANSITÓRIOS

Todas as observações tratadas até aqui apontam finalmente para alguns caminhos, mas, simultaneamente para novos dilemas e questionamentos a serem pensados. Neste sentido, este fechamento significa muito mais um apanhado de apontamentos do que uma conclusão definitiva, até mesmo porque sabemos o quanto a pesquisa tem (e precisa ter) um caráter processual e de constante reflexão.

Como pôde ser percebido, através dos dados obtidos, existe uma hostilidade específica em relação aos estudantes que não sejam heterossexuais, variando, de fato, de acordo com cada contexto socioespacial.

Apesar de cada contexto possuir especificidades, é possível sugerir que há uma espacialização geral desta hostilidade heteronormativa, apresentada não só como um fenômeno social, mas também geográfico, já que este pode ser observado sob diferentes ângulos e se expressa de modo variado, podendo ser trabalhado ainda sobre eixos 'centro-periferia' ou 'rural- urbano', etc.

Retroalimentado através de relações de poder dadas espacialmente, este fenômeno muitas vezes reforça a manutenção e promoção de discriminações e agressões (LGBTfóbicas), afastando sujeitos de seus próprios locais de origem, que migram, com a pretensa esperança de encontrarem um ambiente com menor discriminação, algo que nem sempre é correspondido.

Neste sentido, é crucial a visibilidade para esta situação, para que possam ser viabilizadas políticas públicas direcionadas a estes espaços que mais carecem de elucidação e tratamento sobre esta temática.

As instituições de ensino, como ambientes congregadores de pessoas e saberes, têm um papel central na resolução desta problemática, pois sua própria função social visa construção de conhecimento e socialização. Porém, ainda que muito se tenha construído, escolas e universidades ainda funcionam como instituições mantenedoras de práticas e discursos discriminatórios em relação à comunidade LGBT.

Por isso é tão importante nós, cidadãos, e particularmente geógrafos, nos dedicarmos ao estudo da heteronormatividade e destas problemáticas, seja para contribuirmos como disciplina (pensar o currículo, o ensino, as práticas pedagógicas) e mesmo enquanto ciência, para pensarmos a produção de conhecimento científico ou

na análise e gestão do (s) território (s), e termos condições de deflagrar situações-problema e demandas geradas a partir do social.

É somente desta forma, enfrentando àquilo que nos indaga enquanto pesquisadores e atores sociais, portanto, que podemos avançar no sentido de construção de uma ciência e educação, pesquisa e ensino, que vise realmente uma maior qualidade de vida, justiça social e igualdade de direitos para toda a população.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTROGIOVANNI, A. C. Espaço geográfico escola e seus arredores: descobertas e aprendizagens. In: CALLAI, H. C. (Org.) *Educação Geográfica: reflexão e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

CORAZZA, Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. (Org.), *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. 2. ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2002. p. 105-131.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. *Cidades médias: espaços em transição*. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 23, p. 36-61, maio/ago, 2003.

BARDUNI FILHO, J; et al. *A transformação das relações afetivas no meio rural: breves anotações das relações oficiosas, e oficiais na perspectiva de gênero*. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/A_TRANSFORMACAO_DAS_RELACOES_%20AFETIVAS_NO_MEIO_RURAL_BREVES_ANOTACOES_DAS_RELACOES_OFICIOSAS_E_OF.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024

FRANÇA, I. S. de. *A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16226/1/CidadeMediaCentralidades.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GOMES, P. C. da C. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação; uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASSEY, D. Espacio, lugar y género. Debate feminista. Traducción: Gloria Elena Bernal. Cambridge: Polity Press, 1998.

_____. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica/UFOP, 2012.

MOREIRA, C. A. G. (2016). *Espaço escolar, geografia e homofobia: um diálogo entre educação, gênero e diversidade sexual*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. In: *Psicologia em Estudo*, 2006. Maringá v.11, n. 3, p. 647-654.

NEIRA, M. G.; LIPPI, B. G. Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2000. vol. 8, n.2.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 2008. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1182/894>> Acesso em: 01 ago. 2024.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; e PARAÍSO, M. A. (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

ROSALDO, M. Z.; Lamphere, L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Tradução de Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

RUBIN, G. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Gayle Rubin. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisão de Miriam Pillar Grossi, 1984. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 1995. vol. 20, n. 2, jul./dez.

SILVA, J. M. *Geografia, gênero e sexualidades: desafiando as práticas investigativas*. Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/83.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2024.

SPOSITO, M. E. B. *Desafios para o estudo das cidades médias* In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITÓRIO, 11, 2010, Mendoza. Anais. Mendoza: UNCUIYO - Universidad de Cuyo, 2010.

TORRÃO FILHO, A. *Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam*. Cadernos Pagu, 2005. n.24.

TORRES, M. A. *A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (trad.) Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VINUTO, J. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO Guacira (Orga.). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Recebido em: 01 /08 /2024.

Aprovado em: 29 /12/2024.

Publicado em: 24/04/2025.